

Apresentação do Dossiê “Crises climáticas e consequências sociais: teoria, história, historiografia”

Organizadores

 /tempoeargumento
 @tempoeargumento
 @tempoeargumento



Claiton Marcio da Silva

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Chapecó, SC – BRASIL
lattes.cnpq.br/9283430791589387
claiton@uffs.edu.br



orcid.org/0000-0002-4582-4586



André Secchieri Bailão

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
Rio de Janeiro, RJ – BRASIL
lattes.cnpq.br/3130654806326089
asbailao@gmail.com



orcid.org/0000-0003-1577-3375



William San Martín

Worcester Polytechnic Institute (WPI)
Massachusetts – ESTADOS UNIDOS
wsanmartin@wpi.edu



orcid.org/0000-0003-2457-372X



<http://dx.doi.org/10.5965/2175180318472026e0100>

Teoria e historiografia em tempos de crise climática e consequências sociais: performances sobre a habitabilidade do planeta

As controvérsias sobre a responsabilização e mitigação das crises climáticas e suas consequências sociais são alguns dos fatores que têm colocado o clima no centro do debate público internacional – a exemplo da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), realizada em Belém, no Brasil, em novembro de 2025. A partir da emergência da noção de crise climática nas décadas mais recentes, agências nacionais e internacionais têm sido criadas com diferentes finalidades como, por exemplo, estudar os efeitos transnacionais das mudanças climáticas, sugerir propostas de mitigação de catástrofes ambientais, ou mesmo construir acordos de cooperação objetivando o remanejamento populacional. Um dos exemplos mais recentes é o acordo de refúgio climático assinado entre Tuvalu e Austrália, que possibilita o acolhimento de cidadãos tuvaluanos como refugiados climáticos (Farbotko, 2025).

Sobre esse caso em específico, em seu pronunciamento para a COP26, o Ministro das Relações Exteriores de Tuvalu, Simon Kofe, encontrou uma maneira instigante para denunciar a alarmante situação de seu país. Tanto no vídeo divulgado pelo governo de Tuvalu quanto nas imagens reproduzidas pela agência Reuters, Kofe discursa em meio às águas do Pacífico, chamando a atenção, à primeira vista, para os reflexos locais da crise climática planetária; entretanto, a narrativa do vídeo oficial, mais especificamente, leva os espectadores a pensar que se trata de um pronunciamento convencional: vestido com trajes formais, em um púlpito cercado pelo azul que representa as cores da bandeira de Tuvalu que, por volta do minuto 3:30, afasta o foco da câmera para demonstrar que Kofe está discursando de dentro do mar, conforme pode ser observado na figura 1.

Figura 1 - Ministro das Relações Exteriores de Tuvalu, Simon Kofe, discursando de dentro do mar



Fonte: Kofe (2025)

Em uma primeira interpretação, o choque provocado pela imagem potencializa múltiplas interpretações, embora o aumento do nível do mar causado pelo aquecimento do planeta esteja no centro da narrativa. Historiadores e pesquisadores das humanidades em geral, podem aproveitar essa imagem – bem como outras produzidas com o objetivo de criticar a inabilidade dos governos e do capital em lidar com as questões ecológicas – para analisar como Kofe está encenando um futuro possível no presente. Ou seja, entre a construção cuidadosa dos símbolos nacionais e da diplomacia internacional, o chão desapareceu. Em seu discurso, Kofe explica a estratégia de comunicação: iniciar como um discurso diplomático convencional, mas, aos poucos, revelar pelo movimento da câmera, que estava literalmente dentro do mar.

Portanto, podemos tratar a concepção do vídeo-discurso como uma performance historiográfica do futuro; pois falando de maneira genérica porém didática, se o trabalho clássico dos historiadores pensaria o documento histórico como algo originado no passado – sobre o qual o historiador, no presente, o interpreta –, por outro lado, o Antropoceno e a crise climática, personificados aqui por Kofe, sugerem uma organização diferenciada: um futuro imaginado, encenado no presente, que produz um “documento” plausível que poderá ser analisado por historiadores e demais pesquisadores das humanidades. Em resumo, trata-se de

uma imagem que transforma uma projeção científica em uma experiência visual imediata: enquanto a ciência do clima projeta que o nível do mar poderá subir, Kofe responde: “já estamos dentro da água”. Somado aos tratados internacionais que indicam a finitude da nação de Tuvalu, a imagética proposta no vídeo-discurso praticamente inverte a temporalidade histórica, transformando o futuro climático em um presente visual – que em termos estéticos também se distancia das concepções distópicas de Hollywood. A imagem transforma o futuro climático em presente visual, como se fosse um “documento antecipatório”, pois não é exatamente um documento que registra aquilo que aconteceu, ou uma performance distópica. É um documento produzido para antecipar aquilo que poderá acontecer. Diante dessas premissas, historiadores poderiam se perguntar: Que futuro esse tipo de imagética relacionada ao Antropoceno e às crises climáticas está sendo imaginado? Quem produz esse futuro? Quem tem autoridade para falar sobre ele? Ou melhor, os que aqui falam através da imagem de Kofe são os mesmos que, em outros tempos históricos, tiveram o direito de fala? Que evidências são mobilizadas? Que emoções são produzidas? Que ações políticas essa representação pretende provocar? Como essas ações políticas pretendidas diferem de como as imagens de fato moldam as respostas da sociedade civil e dos formuladores de políticas?

O problema documental é ainda mais amplo. A crise climática vem expandindo aquilo que pode funcionar como arquivo histórico: testemunhos sobre transformações ambientais convivem com anéis de crescimento – um termo técnico e científico mais exato para descrever as camadas que marcam a idade e o desenvolvimento de uma árvore –, testemunhos de gelo e sedimentos oceânicos, séries instrumentais, imagens de satélite e modelos climáticos, evidências que registram o passado ao mesmo tempo que permitem projetar futuros possíveis (McNeill, 2016; Antonello; Carey, 2017). O “documento antecipatório” de Kofe se insere, assim, em uma transformação mais ampla das relações entre evidência, temporalidade e futuro na escrita da história.

Uma terceira camada, não podemos esquecer, é de entender que a imagem é uma montagem – a fotografia e o vídeo não são, simplesmente, “a realidade”. Portanto, se essa premissa aproxima o problema de uma tradição dos estudos

sobre a fotografia e a cultural visual, selecionando, organizando e atribuindo sentido, por outro lado, podemos tentar ampliar o alcance metodológico e interpretativo: a montagem não é uma fraude, pois Kofe realmente está no mar. Em geral, trata-se de uma estrutura concreta associada às instalações militares dos Estados Unidos da Segunda Guerra Mundial que, originalmente estava em terra e posteriormente ficou próxima à linha costeira. O ministro utiliza justamente esse vestígio para produzir uma comparação entre paisagem histórica e transformação ambiental, onde um pequeno Estado insular produz uma imagem com o objetivo de interpelar os grandes Estados. Performando a questão dessa maneira, Tuvalu inverte a cartografia do poder: o que “vocês” discutem no Norte Global, “nós” vivenciamos aqui. Com isso, Tuvalu não se coloca apenas como vítima da mudança climática, mas como produtor de conhecimento político sobre o Antropoceno.

Nesse sentido, a imagem também provincializa o Antropoceno: contra uma visão planetária que pode transformar a “humanidade” em sujeito homogêneo da crise, Kofe situa a mudança climática em um corpo, um território e uma experiência histórica específicos. O planetário aparece, assim, não como uma escala que elimina diferenças, mas como algo experimentado a partir de lugares marcados por responsabilidades, vulnerabilidades e capacidades de ação profundamente desiguais (Ferdinand, 2021; Hulme, 2010; San Martín 2021). E isso permite uma pergunta historiográfica muito significativa: Quem tem autoridade para narrar o Antropoceno? Seria o cientista que mede o nível do mar? O governo que negocia na COP? O habitante que vê a costa mudar? Uma espécie não humana que está sofrendo um declínio populacional significativo como resultado do aumento das temperaturas da água? O satélite? O historiador? A imagem de Kofe coloca essas formas de conhecimento em tensão.

A performance de Kofe, portanto, coloca diante dessa temporalidade, outra temporalidade completamente diferente, pois a maré reúne em um só evento o tempo diplomático, o geológico, o climático, o tempo da vida cotidiana, entre outros. Ou seja, existe uma crítica explícita à distância entre tempo político e tempo ambiental. Historiograficamente, isso permite trabalhar uma questão fundamental: o Antropoceno produz uma crise de temporalidades, pois o sistema político opera em anos eleitorais e ciclos de governo; o clima opera em estações,

décadas, séculos; a erosão opera continuamente; a vida humana opera em escala biográfica; enquanto a geologia opera em escalas muito mais extensas. Para Kofe, as temporalidades estão, mais ou menos, no mesmo quadro.

De maneira simultânea, não podemos tomar a performance de Kofe sem críticas ou pensar a narrativa de maneira linear: “Tuvalu vai desaparecer”. Nesse ponto, é uma imagem teleológica questionável se considerarmos estudos que mostram o quanto os atóis são sistemas geomorfológicos dinâmicos; assim, alguns segmentos de Tuvalu ganharam área nas décadas mais recentes, mesmo com o aumento do nível do mar. Com isso, não queremos afirmar que a mudança climática não seja uma ameaça, pois problemas de habitabilidade, salinização, erosão, inundações e infraestrutura continuam extremamente sérios; mas significa que “submersão” e “desaparecimento” não são sinônimos simples. Em termos historiográficos, esse ponto abre uma possibilidade: o historiador não deve perguntar somente se a imagem é verdadeira ou falsa, mas, de maneira diferente, deve perguntar por que essa determinada imagem do futuro foi politicamente necessária.

Ademais, poderíamos pensar a partir de uma leitura latouriana: se na diplomacia convencional os humanos falam sobre o clima, na fotografia e no vídeo, o mar entra na sala de negociação. O oceano, portanto, deixa de ser simplesmente “objeto” do discurso diplomático e passa a funcionar como agente da própria cena. Nesse novo parlamento alternativo construído por Kofe e sua equipe, ele entra como representante de Tuvalu em um diálogo dirigido para espectadores humanos enquanto se relaciona com o oceano, o concreto, a erosão, o clima e as suas diferentes formas de diplomacia. O mundo natural, o meio ambiente ou qualquer que seja o discurso classificatório empreendido pelos humanos, não está mais “lá fora”; ele está dentro do discurso político – e não apenas sendo um palco para a atuação dos humanos.

Nesse sentido, o Antropoceno pode ser entendido não apenas como uma confluência — ou um choque — de diferentes temporalidades, mas também de diferentes formas de agência, humanas e “mais-que-humanas”, sem que isso implique atribuir a todas elas formas equivalentes de intencionalidade, poder ou capacidade de ação (O’Gorman; Gaynor, 2020). O descompasso não se dá somente

entre o tempo da política e o tempo dos processos ambientais, mas entre formas distintas de agir sobre o mundo e de produzir efeitos nele. Para o historiador, portanto, o problema do tempo no Antropoceno é inseparável de problemas de escala e agência: como narrar processos nos quais decisões políticas, ciclos oceânicos, erosão, infraestruturas e mudanças climáticas operam simultaneamente, mas em ritmos, escalas e capacidades de ação profundamente distintos?

Essa inquietação não surge, evidentemente, em um vazio historiográfico. A História Ambiental há muito questiona a separação entre história humana e mundo biofísico, seja através da *longue durée*, do diálogo com a geografia e as ciências naturais ou, mais recentemente, de aproximações com a ecologia política, os estudos animais, os estudos de ciência e tecnologia e as humanidades ambientais (McNeill, 2003; O’Gorman *et al.*, 2024). O Antropoceno, nesse sentido, não inaugura essas questões, mas as radicaliza ao recolocá-las em escalas planetárias e diante de transformações materiais cada vez mais difíceis de manter fora da explicação histórica.

É a partir dessa trajetória, mas também dos desafios que a crise climática coloca a ela, que situamos este dossiê. Buscamos perceber como maneiras de pensar a história-disciplina podem ter um potencial de renovação frente ao debate hegemônico de teoria, metodologia e historiografia. Com o avanço da ecocrítica e de outros campos de influência – digamos de forma genérica, porém utilizado aqui apenas como ferramenta didática – pós-estruturalista no debate do Antropoceno e, por consequência, das crises climáticas, muito do esforço historiográfico voltou-se à desconstrução das categorias pelas quais natureza, sociedade, clima e humanidade foram historicamente produzidos como objetos de conhecimento. Essa operação crítica foi e continua sendo fundamental. Entretanto, ela parece insuficiente quando a crise climática nos coloca diante de processos materiais que não apenas são representados, narrados ou discursivamente construídos, mas que também interferem concretamente nas condições de existência, nas experiências sociais e nos futuros historicamente possíveis. É nesse limite que situamos a proposta deste dossiê: não abandonar a crítica da construção histórica, mas interrogá-la diante de uma realidade que resiste à sua redução à linguagem e que

exige da História outras formas de atenção às temporalidades, às materialidades e às condições de habitabilidade do planeta. Este dossiê demonstra, por outro lado, que o Antropoceno e as crises climáticas questionam algumas maneiras consolidadas de compreender a história: teoria, epistemologia, metodologia, historiografia.

Em geral, acreditamos que a emergência do Antropoceno como tema para as humanidades pressupõe que, por um lado, uma noção crítica ao entendimento da história como narrativa, ao menos na perspectiva associada a Hayden White (2001), e mesmo a redefinição da história como uma forma particular de literatura investigativa, em Jablonka (2020). Tais perspectiva, somadas a tantas outras que construíram suas teorias a partir de objetos diferenciados, continuam fundamentais para compreender os modos pelos quais os historiadores constroem e comunicam o passado. Entretanto, diante de processos como o aquecimento global, a elevação do nível dos oceanos, a transformação dos solos e a alteração dos regimes climáticos, talvez a questão já não seja apenas como narramos a história, mas que tipo de realidade histórica estamos tentando compreender – e quais as formas dessa compreensão, as ferramentas utilizadas para isso e, sobretudo, seus resultados. O Antropoceno introduz, assim, uma dimensão material que não pode ser reduzida à sua representação discursiva: o mundo biofísico não é apenas objeto da narrativa, mas participa da produção das condições históricas sobre as quais narramos.

Nesse sentido, retomamos a imagem de Simon Kofe discursando dentro do mar em Tuvalu como exemplo; ela pode ser compreendida para além de uma ação de ativismo climático, mas também como uma performance sobre a habitabilidade do planeta: ao deslocar o espaço convencional da diplomacia para dentro da água, Kofe transforma uma projeção climática em uma experiência sensível do presente e coloca em cena a própria possibilidade de permanência humana em determinados territórios. A imagem não apenas comunica uma mensagem política; ela articula corpo, território, oceano, infraestrutura, memória e futuro em uma mesma cena. É justamente essa dimensão que interessa à história do Antropoceno. Ou seja, não apenas renovar os temas ou os métodos da

historiografia, mas compreender como a crise planetária produz novas formas de experimentar, representar e disputar as condições materiais da habitabilidade.

Os artigos selecionados para este dossiê discutem com essa perspectiva – mas não se limitam a ela. Apresentamos também um roteiro territorial bastante diverso, a iniciar por *Evolución de la cobertura del cambio climático en prensa española (2000–2024)*, que acompanha, ao longo de duas décadas, a presença de “cambio climático” e “calentamiento global” a partir dos periódicos espanhóis *El País*, *El Mundo*, *La Vanguardia* e *Expansión*, identificando os momentos de maior e menor atenção e comparando a imprensa espanhola com a agenda internacional. O artigo demonstra uma forte dependência dos grandes acontecimentos climáticos e das COPs: 2007, 2019 e 2021 são momentos de pico, enquanto a atenção posterior diminui. Metodologicamente, portanto, ele realiza uma espécie de história da circulação pública da crise climática: a pergunta principal não gira apenas sobre o que é o clima, mas quando e sob quais condições uma sociedade decide falar sobre ele. O próprio artigo mostra que a cobertura tende a privilegiar consequências e enquadramentos políticos, deixando causas e soluções em segundo plano.

O artigo de Sjamme von de Voort, intitulado *History as a Boundary Object: Historiographical Reasoning and the Politics of Climate Future* questiona o que a História pode fazer com os futuros climáticos. A comparação entre os exercícios institucionais de adaptação do patrimônio holandês e as oficinas do *Soy Stories* mostra duas maneiras de mobilizar o passado: uma mais linear, especialista e orientada à preservação; outra participativa, plural e baseada em memórias situadas, relações multiespécies e experiências ambientais. A contribuição é simultaneamente metodológica e performática: a historiografia deixa de ser apenas análise dos futuros e passa a funcionar como prática capaz de abrir futuros. Nas oficinas, a História é transformada em *boundary object*, permitindo que diferentes conhecimentos e experiências produzam futuros divergentes, em vez de uma única projeção tecnocrática.

O artigo *Os Clubes Negros diante da Era das Plantações: mudanças climáticas e cosmotécnica no Atlântico negro* aborda a ação dos clubes negros do Rio Grande do Sul, região Sul do Brasil, diante das mudanças climáticas. A partir

de uma experiência de campo desenvolvida entre 2022 e 2025, em Porto Alegre–RS, analisa as enchentes que atingiram o estado gaúcho em maio de 2024 como uma intrusão na historicidade dos clubes negros, demandando dessas associações um reposicionamento ontológico e epistemológico. Nesse contexto, o estudo investiga como os clubes negros se posicionam diante das mudanças climáticas e como elaboram suas histórias e memórias no interior do chamado “novo regime climático”. Para tanto, desenvolve um exercício descritivo e prescritivo a partir da observação das performances temporais dessas associações, compreendidas como seus regimes de historicidade.

Em *Do Estado Incendiário à Culpa do Canudinho: uma genealogia da governamentalidade climática na Amazônia*, o artigo reconstrói a passagem de uma política amazônica baseada na soberania militar e na destruição/incorporação territorial para uma governamentalidade neoliberal que administra a floresta por meio de sustentabilidade, mercado, legislação ambiental e financeirização. O argumento central é que a violência ambiental não desaparece com a emergência da política climática, mas modifica a racionalidade. Instrumentos como a Cota de Reserva Ambiental passam a administrar a transgressão, enquanto a “culpa do canudinho” individualiza uma responsabilidade que é estrutural. A contribuição do artigo é sobretudo genealógica e política: mostra que aquilo que hoje chamamos de “governança climática” possui uma história e que a própria linguagem da sustentabilidade pode tornar determinadas formas de destruição governáveis.

After the storm: climate change, disaster, and the experience of historical time, Jó Klanovicz discute como o tornado registrado em Rio Bonito do Iguaçu, em 2025, potencializa a proposição de um conceito: o de “tempo histórico climático”, ou seja, uma temporalidade marcada por durações sobrepostas, contingência condicionada, irreversibilidade, presente prolongado e futuros contestados. O desastre torna essa temporalidade “experencialmente visível” e rompe a expectativa de normalidade, comprime o tempo vivido e transforma o presente em uma condição continuada de risco. Sugerimos que a contribuição desse artigo é principalmente teórica e metodológica: a crise climática não é apenas mais um tema para a História Ambiental, mas coloca em questão a própria concepção moderna de tempo histórico. Para o autor, a experiência do desastre permite,

ainda, relacionar temporalidade, vulnerabilidade e decisões políticas, mostrando que a vulnerabilidade é historicamente produzida.

Finalmente, em *Escribir la crisis climática desde la periferia forestal: historia del clima, uso del suelo y justicia ambiental en el Gran Chaco*, Adrian desloca o centro espacial e epistemológico da história climática. Em vez de começar pela industrialização fóssil e pelas emissões de carbono em escala global, parte do Gran Chaco como periferia florestal, onde a crise climática aparece através do desmatamento, incêndios, expansão agropecuária, alterações hidrológicas e conflitos territoriais. Sua contribuição é, portanto, historiográfica, metodológica e política: ampliar escalas, fontes e sujeitos, mostrando que a crise climática também é produzida pela transformação da terra e que suas consequências são distribuídas desigualmente. O Chaco deixa de ser “periferia” e passa a ser um observatório privilegiado para compreender o próprio fenômeno climático.

Os artigos reunidos neste dossiê partem da constatação de que o Antropoceno e a crise climática não constituem apenas novos objetos para a História Ambiental, mas colocam em questão algumas das próprias condições pelas quais a História tem produzido inteligibilidade sobre o mundo. A crise climática desloca simultaneamente as escalas, as temporalidades, os arquivos, os sujeitos e os futuros da investigação histórica, ao mesmo tempo que exige perguntar como esses deslocamentos são atravessados por relações desiguais de poder. Em *After the Storm*, esse deslocamento aparece como uma transformação da própria experiência do tempo histórico; em *Evolución de la cobertura del cambio climático en prensa española*, como uma história dos regimes sociais de atenção à crise; em *Do Estado Incendiário à Culpa do Canudinho*, como genealogia das racionalidades que governam território, floresta e responsabilidade climática; em *Escribir la crisis climática desde la periferia forestal*, como deslocamento espacial e epistemológico da história do clima; e, finalmente, em *History as a Boundary Object*, como transformação da própria historiografia em prática de imaginação e construção de futuros. Em conjunto, os textos sugerem que escrever a crise climática implica mais do que incorporar o clima a narrativas históricas já existentes: implica reconsiderar as condições temporais, materiais, espaciais e políticas da própria historicidade.

Essa perspectiva também permite tensionar uma tradição historiográfica que aborda a história como literatura investigativa, que enfatiza a dimensão narrativa, retórica e construtiva da escrita histórica. Sem negar que toda história seja mediada por linguagem, seleção e configuração narrativa, os artigos aqui reunidos partem de uma dificuldade adicional colocada pelo Antropoceno: os processos que procuramos narrar não são apenas efeitos de representação. Oceanos, atmosferas, solos, florestas, organismos, eventos extremos, infraestruturas e transformações territoriais participam materialmente da produção das condições históricas. A crise climática, portanto, não exige somente novas narrativas sobre o mundo; ela coloca a própria narrativa diante de uma realidade que resiste à sua redução à linguagem. A questão deixa de ser apenas como representar historicamente a crise e passa a ser como escrever história quando processos biofísicos, sociais e políticos se entrelaçam na produção de futuros que permanecem simultaneamente abertos, condicionados e materialmente limitados.

É nesse sentido que a escrita histórica pode adquirir uma dimensão que chamamos aqui de performática. Ela não é performática apenas porque pretende intervir politicamente, nem porque produz discursos capazes de mobilizar sujeitos. Ela é performática porque, ao escrever sobre a crise climática, participa da disputa sobre aquilo que pode ser percebido, imaginado, reconhecido e considerado habitável. A imagem de Simon Kofe discursando do mar, nesse sentido, oferece uma chave de leitura para o conjunto: não se trata apenas de representar a mudança climática ou de fazer ativismo, mas de performar uma questão sobre a habitabilidade do planeta. Essa dimensão performática também desloca a pergunta sobre a função social da História: não apenas o que a disciplina pode explicar sobre as origens da crise, mas como o conhecimento histórico participa das disputas contemporâneas sobre adaptação, justiça, responsabilidade e futuros possíveis. Do mesmo modo, os artigos do dossiê procuram não apenas descrever uma crise já dada, mas experimentar formas historiográficas capazes de tornar visíveis suas temporalidades, genealogias, desigualdades, materialidades e futuros. Escrever a crise climática no Antropoceno significa, assim, escrever diante de um

planeta que não é somente objeto da História, mas parte ativa das condições de sua escrita.

Referências

ANTONELLO, Alessandro; CAREY, Mark. Ice cores and the temporalities of the global environment. **Environmental Humanities**, Durham, v. 9, n. 2, p. 181-203, 2017.

FARBOTKO, Carol. **Climate change, international migration and self-determination: lessons from Tuvalu**. Tokyo: Toda Peace Institute, 24 jan. 2025. (Policy Brief No. 208). Disponível em: <https://toda.org/publications/policy-briefs-and-reports/climate-change-international-migration-and-self-determination-lessons-from-tuvalu>. Acesso em: 15 set. 2026.

FERDINAND, Malcom. **A decolonial ecology: thinking from the Caribbean World**. Cambridge: Polity Press, 2021.

JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

HULME, Mike. Problems with making and governing global kinds of knowledge. **Global Environmental Change**, Amsterdam, v. 20, n. 4, p. 558-564, 2010.

KOFE, Simon. **Minister Kofe's video statement: COP26**. [S. l.]: Simon Kofe, 8 nov. 2021. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Simon Kofe. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hpPTFGwFExg>. Acesso em: 15 set. 2026.

MCNEILL, John R. Observations on the nature and culture of environmental history. **History and Theory**, Middletown, v. 42, n. 4, p. 5-43, 2003.

MCNEILL, John R. Historians, superhistory, and climate change. *In*: JARRICK, Arne; MYRDAL, Janken; BONDESSON, Maria Wallenberg (ed.). **Methods in World History: a critical approach**. Lund: Nordic Academic Press, p. 19-43, 2016.

O’GORMAN, Emily; GAYNOR, Andrea. More-than-human histories. **Environmental History**, Durham, v. 25, n. 4, p. 711-735, 2020.

O’GORMAN, Emily; CAREY, Mark; SAN MARTÍN, William; SWART, Sandra. Introduction: framing environmental history today and for the future. *In*: O’GORMAN, Emily; SAN MARTÍN, William; CAREY, Mark; SWART, Sandra (ed.). **The**

Apresentação do Dossiê “Crises climáticas e consequências sociais: teoria, história, historiografia”
Organizadores: *Claiton Marcio da Silva; André Secchieri Bailão; William San Martín*

Routledge Handbook of Environmental History. London: Routledge, 2024. p. 1-14.
Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003189350-1>. Acesso em: 15 set. 2026.

SAN MARTÍN, William. Unequal Knowledge: Justice, colonialism, and expertise in global environmental research. **Global Environment**, Cambridge, v. 14, n. 2, p. 423-430, 2021.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Revista Tempo e Argumento
Volume 18 - Número 47 - Ano 2026
tempoeargumento.faed@udesc.br